

## Política

### CONSTITUINTE

# Planalto formula sua proposta de mudança no sistema de governo

por Edson Beú  
de Brasília

O presidente José Sarney não quer que a nova Constituição seja resultado de um "embate político", com vencidos e vencedores. Por isso, ele convocou algumas lideranças do Congresso Nacional, ontem à tarde, ao seu gabinete, e pediu que as questões polêmicas, como o sistema de governo, sejam definidas através da negociação, evitando sempre o confronto do voto. "Nesse caso, em qualquer hipótese, a parte vencedora poderá deixar cicatrizes dolorosas na parte vencida", argumentou o presidente, segundo relatou o consultor geral da República, Saulo Ramos, presente à reunião.

O presidente, em companhia dos ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Ivan de Sousa Mendes (SNI), recomendou aos líderes do PMDB, do PFL e do governo na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique, José Lourenço e Carlos Sant'Anna e, ainda, aos deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Prisco Viana (PMDB-MA), que continuem lutando pela manu-

tenção do sistema presidencialista, mas admitindo a inclusão de alguns mecanismos parlamentaristas. O principal deles, citado pelo consultor geral, é a moção de censura aos ministros. Discute-se a possibilidade de o Congresso Nacional vetar nomes de ministros mas sujeitos a um veto do presidente da República. Nesse caso, explica o consultor, a aceitação da censura dependeria de uma segunda deliberação, com um quórum superior ao primeiro.

O governo defende também o restabelecimento das prerrogativas pessoais dos congressistas, para fortalecer o Legislativo, que passaria a ter maior controle sobre o Executivo, decidindo sobre matérias financeiras e fiscalizando-o, através de atuação mais vigorosa do Tribunal de Contas da União e das comissões mistas.

Com essas diretrizes nas mãos, os líderes vão agora, segundo Saulo Ramos, apresentá-las a seus pares, dando início a uma rodada de negociações, cujos resultados permitam ao governo elaborar sua emenda presidencialista até a



Saulo Ramos

meia-noite de amanhã. O deputado Prisco Vianna disse ao editor Andrew Greenlees, deste jornal, que "o governo pode contar com os fiéis do PMDB e do PFL". Observou ainda que os governadores estaduais são um trunfo importante nessa tarefa.

Além do sistema presidencialista, o presidente da República pediu que seus líderes defendam uma reforma agrária semelhante ao modelo chileno, implantado pelo ex-presidente Sal-

vador Allende, na década de 70. Por esse modelo, não serão desapropriadas terras "improdutivas" e, sim, que não estejam "em produção". Através dessa alteração, muda-se o critério de julgamento, para avaliar se uma propriedade cumpre ou não sua função social. Concluiu-se, também, que o texto constitucional não deve estipular detalhes sobre reforma agrária, mas, apenas, prover as "linhas gerais" do processo. A definição da extensão dos módulos, por exemplo, ficaria a cargo da legislação ordinária.

Sarney pediu também às suas lideranças que estudem uma nova redação para a legislação tributária. "Do jeito que foi proposto, a União irá à falência", teria alertado. O presidente, segundo apurou o editor Andrew Greenlees, mostrou cálculos, indicando que as despesas da União sofreriam um acréscimo de 110%, e as transferências de recursos para os estados e municípios seriam 26% maiores.

## Repúdio à fala de Pires e solidariedade a Cabral

por Zanoni Antunes  
de Brasília

O senador Itamar Franco (PL-MG) disse ontem, no plenário do Senado, que as palavras do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que a Constituinte estava sendo manipulada por setores radicais, não deveriam ser contestadas pelos constituintes, mas pelo presidente da República. "No meu entendimento s.ex.a. extrapolou sua função de ministro, de comandante das Forças Armadas e deveria, quem sabe, ter sido detido pelo próprio presidente da República."

A afirmação do senador Itamar Franco — candidato derrotado na última eleição para governador de Minas Gerais — ocorreu durante um aparte ao discurso do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), que por sua vez, negava ser o autor de declarações publicadas na imprensa de que teria advertido o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, sobre eventuais consequências na manutenção do artigo de anistia aos militares.

Cardoso foi aparteado por vários senadores de todos os partidos que se solidarizaram com o relator Bernardo Cabral, que assistiu aos pronunciamentos e a todos cumprimentou. Antes, Cabral havia subido

à tribuna da Constituinte para negar também que tenha feito um acordo com as Forças Armadas.

O deputado leu uma carta que enviou a um jornal afirmando "em nenhum instante o ministro Leônidas Pires Gonçalves a mim fez qualquer declaração, em público ou em particular, de ter eu traído acordos. E tampouco o senador Fernando Henrique Cardoso me 'advertiu' sobre as consequências da anistia".

Mas a polêmica em torno das declarações do ministro do Exército não terminou com os desmentidos. O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, acusou o líder Fernando Henrique Cardoso de ter cometido "inverdades" em suas declarações à imprensa. Usando a tribuna da Assembleia Constituinte, Monteiro desafiou o líder pedemebista a repetir em plenário "o que nos disse quando pretendíamos discutir o papel da anistia".

Segundo Brandão Monteiro, Fernando Henrique Cardoso disse, "de forma explícita, que não se podia tocar nesse assunto porque em uma reunião com os militares eles teriam ameaçado fechar a Assembleia Constituinte". Para o deputado pedetista, estão querendo encenar uma crise militar, "mas o objetivo fundamental é a luta a respeito do sistema de governo".

## Sabóia reitera crítica à anistia aos militares

O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, reiterou, ontem que a anistia para os ex-militares, na forma como vem sendo proposta na Constituinte, coloca em risco os alicerces das Forças Armadas, ferindo no mais alto nível a hierarquia e a disciplina. Ele disse que as duas últimas anistias, concedidas em 1979, e, depois, através da emenda constitucional 2.385, alcançaram efetivamente o objetivo de conceder o perdão geral a todos aqueles atingidos por atos de exceção e qualquer ampliação da anistia é um exagero que atinge as Forças Armadas.

"A medida vai representar também um baque no Tesouro Nacional que, no momento, ninguém pode

avaliar a extensão de sua grandeza."

Após palestra na Escola Superior de Guerra, Henrique Sabóia queixou-se dos atuais níveis salariais dos militares, afirmando que um almirante de mais alta graduação, com 45 anos de serviço, recebe um salário bruto, no qual se incluem vantagens e gratificações, da ordem de CZ\$ 90 mil. Ciente da impossibilidade de revisões dos níveis salariais, em função da dificuldade de recursos da União, o ministro da Marinha disse ter apresentado ao presidente José Sarney, na última reunião ministerial, uma proposta de redução do teto do funcionalismo, cujos estudos do governo indicam oitenta salários mínimos.

## Pertence: "Projeto é receita de crise"

por Elaine Lerner  
de Brasília

O parlamentarismo, tal como está sendo proposto no projeto de Constituição, é uma "receita de crise". A afirmação é do procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que teme que o País se torne "ingovernável" se for aprovada a emenda com o novo sistema de governo. Até amanhã ele entregará à Comissão de Sistematização um relatório com as alterações que julga necessárias no projeto da Constituição.

O procurador afirmou que "se perdeu uma grande oportunidade de um aperfeiçoamento do presidencialismo". Instituído o sistema de governo com primeiro-ministro, Pertence acredita que "haverá uma frustração nacional, à medida em que a população elegerá um presidente que não governará".

Detendo-se especialmente nos capítulos sobre direi-

tos e Poder Judiciário, o procurador geral da República diz que o texto tem muitas imperfeições, "mas apresenta um aperfeiçoamento sobre os anteriores". Quanto aos capítulos de direitos e poder judiciário, Pertence tem "sugestões técnicas".

Considera "infeliz" o artigo 1º do projeto de Constituição, em que é determinado que o "Brasil é uma Nação fundada na comunhão dos brasileiros irmãos num povo que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária".

O parágrafo 2º do artigo 6º é considerado perigoso, por Pertence, porque entra em conceito filosófico ao determinar que "ninguém deverá obrigá-lo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei e o respeito aos direitos naturais será o único limite à liberdade individual". Para ele, o parágrafo 9, do mesmo artigo, legítima a censura, mesmo partindo de autores liberais.

## Covas articula novas alterações no projeto

por Cecília Pires  
de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, procurava retomar pessoalmente, ontem, o comando dos trabalhos de contribuição de seu partido ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, ouvindo durante todo o dia as sugestões feitas pelos coordenadores por ele designados desde a semana passada para analisar o documento. Covas ressaltou que gostou do substitutivo de Cabral e que a análise que recomendou a vários deputados e senadores não conclui pela necessidade de alterações profundas no texto original.

"Não são modificações de fundo, são melhorias apenas de texto", informou Covas, após a reunião. De modo geral, o líder considera que as decisões tomadas na convenção do PMDB estão atendidas no texto, mas avisa que o critério não é tão rígido que não permita acordos em torno de alguns pontos onde os vários grupos possam chegar a um consenso.

"Defenderei as conclusões da convenção do partido, mas se forem encontradas fórmulas que preservem o essencial do que foi votado na convenção, não há por que não adotá-las, de forma a obter o consenso", revelou.

Uma das principais alterações propostas ontem, durante a reunião que se prolongou durante todo o dia, foi a do deputado Pimenta da Veiga, escolhido para analisar o capítulo referente à Organização dos Poderes. Pimenta, que trabalhou com o senador José Fogaça nessa análise, propôs que o presidente da República pudesse fazer duas indicações para o cargo de primeiro-ministro, em vez de apenas uma, caso sua indicação seja rejeitada pelo Congresso.

O senador Severo Gomes, encarregado de rever o capítulo da Ordem Eco-

nômica, afirmou, após a reunião, que tentará obter o consenso junto aos demais grupos, especialmente ao "grupo dos 32", mas antecipou que considera difícil um acordo no item da Reforma Agrária. "Isso provavelmente vai a voto", afirmou. Severo Gomes achou rígidos alguns pontos do substitutivo e sugeriu que o direito de pesquisa e lavra não seja restrito apenas à empresa nacional, mas que seja preferencialmente a essa, abrindo, através de leis e critérios rigorosos, à participação do capital estrangeiro. Sugere, ainda, na questão da definição da empresa nacional, a retirada da expressão "residentes no País", que acompanha o termo "empresa de brasileiros".

No capítulo referente à Comunicação, o deputado Arthur da Távola sugeriu que seja estipulado um método de votação, por exemplo, o regime de urgência, para que o Congresso Nacional se manifeste sobre a outorga de concessão, permissão e autorização para serviços de rádio e televisão, antes que o ato seja considerado juridicamente perfeito.

As discussões deveriam prosseguir em nova reunião na noite de ontem, entre os integrantes do "grupo interpartidário", coordenado pelo deputado Euclides Scalco, vice-líder do PMDB na Constituinte, grupo que tem por trás o incentivo e a orientação do líder Mário Covas.

O grupo mais à esquerda do PMDB, o Movimento de Unidade Progressista (MUP), ao lado dos demais partidos de esquerda, o PDT, o PT, o PCB, o PSB e o PC do B também realizaram ontem reunião para analisar e apresentar sugestões ao substitutivo de Cabral. "Não temos grandes divergências em relação ao que foi apresentado no documento de Cabral", disse o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro.

## Mangels

Mangels Industrial SA  
Sociedade Anônima de Capital Aberto  
CGC. nº 61.065.298/0001-02

### Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos acionistas que a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03.08.87 autorizou a elevação do capital social pela emissão de mais 144.597.136 ações, sem valor nominal, das quais 48.895.556 ordinárias e 95.701.580 preferenciais, estas com os mesmos direitos e restrições das ações dessa natureza já existentes, nas seguintes condições:

- fixou em Cz\$ 2,50 o preço de emissão das ações, a serem integralizadas no ato da subscrição;
- as ações subscritas terão direito a dividendo calculado "pro rata temporis", a partir da data da subscrição;
- o prazo para o exercício do direito de preferência legal na subscrição das novas ações será de 30 dias corridos, a partir da data da primeira publicação deste aviso;
- é facultado ao acionista, dentro do prazo do exercício de preferência legal, ceder frações de direito de preferência visando a eliminá-las;
- as sobras de subscrição serão rateadas na proporção dos valores subscritos entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim ou na lista de subscrição, reserva de sobras;
- no caso de ainda persistirem sobras, as ações remanescentes serão objeto de lançamento público por intermédio de instituições financeiras, lançamento esse que será levado a efeito depois do registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, obedecidas todas as prescrições legais e regulamentares, assegurando-se o estímulo fiscal a que se refere a letra "b" do inciso III do artigo 2º do Decreto Federal nº 1.841, de 29 de dezembro de 1980;
- as cauções relativas às ações subscritas serão entregues no prazo máximo de 60 dias, contado a partir da homologação do aumento de capital e o competente registro da ata na Junta Comercial;
- autorizou a Diretoria a celebrar, com uma ou mais instituições financeiras, contrato objetivando a colocação das ações correspondentes aos direitos não exercidos.

#### Local e Horário de Atendimento

Os senhores acionistas serão atendidos diariamente, exceto aos sábados, das 8:30 à 11:30 e das 14:00 às 16:00 horas; na sede social, à Avenida Paulista, 2073 — 7º andar — conj. Horsa II — S.P., onde deverão comparecer munidos de carteira de identidade, CIC ou CGC, ou através de procurador devidamente habilitado.

São Paulo, 05 de agosto de 1987

Peter Mangels

Presidente do

Conselho de Administração